

ANÁLISE DE INDICADORES SINTÉTICOS DE EDUCAÇÃO NA REGIÃO DO GRANDE ABC: o IDEB e o IDESP

Nonato Assis de Miranda
Universidade Paulista (UNIP)
Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS)
mirandanonato@uol.com.br

Resumo: O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é um indicador que combina o desempenho na Prova Brasil com aprovação e assume que as escolas devem ser avaliadas não só pelos seus processos de ensino e gestão ou pelos recursos disponíveis, mas também pelo aprendizado de seus alunos sobre as capacidades básicas e pela sua trajetória escolar. De modo similar, o IDESP oferece a capacidade de planejamento escolar da rede porque apresenta, de forma clara, o número de alunos que estão nos níveis de proficiência abaixo do adequado. Ao considerar a proporção de alunos distribuídos nos quatro níveis de proficiência (abaixo do básico, básico, adequado e avançado), o IDESP, por fazer parte das políticas de governo da Secretaria da Educação de São Paulo expresse seu maior objetivo: melhorar a equidade do sistema com foco na qualidade. Assim, o objetivo precípua desse artigo é analisar os resultados do IDEB obtidos pelas escolas de ensino fundamental e IDESP pelas escolas de ensino médio nos municípios que compõem a região do Grande ABC paulista. Os resultados do IDEB nos anos iniciais do ensino fundamental estão, na maioria dos municípios investigados, acima da meta projetada. Por sua vez, nos anos finais, não se pode dizer a mesma coisa. Com relação aos resultados do IDESP nas escolas de Ensino Médio nos municípios investigados, percebeu-se que, embora a SEE tenha enfatizado que mais de 84% das escolas tenham avançado e que, 77% delas tenham atingido ou superado as metas previstas no ano de 2008, a partir de então, observou-se que, pelo menos, na região do Grande ABC, houve uma tendência de decréscimo de resultados.

Palavras-chave: educação básica, IDEB, IDESP, indicadores educacionais.

1 Introdução

Criado em 2007, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é um indicador que combina o desempenho na Prova Brasil com aprovação. Seu cálculo é feito pelo produto entre a média das notas padronizadas de Língua Portuguesa e Matemática e a taxa média de aprovação na etapa em questão que, no caso dessa pesquisa, refere-se aos 5º e 9º anos (SOUSA, OLIVEIRA e ALAVARSE, 2012).

Por sua vez, o Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (IDESP), assim como o IDEB, é um indicador sintético, que varia de 0 a 10, resultante

da razão entre a média de proficiência observada em língua portuguesa e matemática na Prova Brasil/Saresp e a taxa de aprovação no ciclo avaliado (CASTRO, 2009). Não obstante, do ponto de vista do desenho metodológico, o IDESP promove um importante avanço, na medida em que, considera a distribuição dos alunos nos níveis de proficiência adotados pelo Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp) e não a média das proficiências observadas, conforme acontece com o IDEB.

Tanto o IDEB quanto o IDESP obtiveram respeitabilidade pelo fato de agregar, em um único indicador, uma medida de desempenho e outra de rendimento, dimensões fundamentais para uma análise relevante de sistemas de educação básica (SOARES & XAVIER, 2013) sendo, portanto, indicadores sintéticos porque são elaborados por meio da composição de dois ou mais indicadores simples de uma mesma realidade social.

O objetivo desse artigo é analisar os resultados do IDEB e IDESP obtidos pelos municípios que compõem o Grande ABC paulista tomando-se como referência as metas projetadas e obtidas pela rede de ensino avaliada. Sabe-se que como qualquer indicador, tanto o IDEB quanto o IDESP fazem um recorte e uma redução do foco de análise sendo importante identificar e discutir como esses indicadores definem a qualidade e a equidade dos sistemas de ensino.

Destaca-se que, se o IDEB ou o IDESP for o único indicador usado para guiar as políticas educacionais de educação básica, mesmo no caso otimista de que suas metas serem atingidas pode-se, ainda assim, não ter um sistema educacional que garanta o direito constitucional de educação (SOARES & XAVIER, 2013). Não obstante, é indiscutível que esses indicadores tornaram elementos importantes tanto para gestão quanto para a definição de políticas públicas de da educação.

2 Procedimentos Metodológicos

O delineamento utilizado na pesquisa foi o híbrido (quali-quantitativo) cujo delineamento quantitativo contou dados secundários (IDEB e IDESP) obtidos no sítio do MEC/INEP e da SEE-SP e foram analisados, conforme os propósitos desse estudo optando-se por essa abordagem por entender que ela pode combater vieses indesejáveis quando se utiliza um único método (CRESSWELL, 2007).

Segundo Minayo (2007), a pesquisa qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados, atitudes que buscam explorar a realidade que não pode ser captada por dados quantitativos. Assim, de posse dos indicadores sintéticos, esses foram analisados à luz da literatura que discute o assunto cuja preocupação foi o aprofundamento da compreensão de indicadores sintéticos de educação como instrumentos de gestão e definição de políticas públicas de educação.

3 - O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e a qualidade de Ensino no Brasil

A criação do IDEB representa uma iniciativa pioneira, no Brasil, de acompanhar a qualidade da educação sob duas perspectivas igualmente importantes: o rendimento escolar (taxas de aprovação, reprovação e abandono) e a aprendizagem, captada por meio das médias de desempenho na Prova Brasil e no SAEB (FERNANDES, 2007).

Para esse autor, a lógica que rege o IDEB é a de que uma boa escola é aquela em que o aluno passa de ano, sem perder tempo com reprovações, e, ao final do processo, efetivamente aprende. Não obstante, sabe-se que há muitas críticas com relação a esse ponto de vista, mas como nesse estudo analisam-se resultados educacionais de caráter mais quantitativo, essa discussão ficará para a próxima fase da pesquisa cujo propósito é investigar a relação existente entre a obtenção de bons resultados em indicadores educacionais como IDEB ou SARESP (Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo), com as práticas de gestão adotadas pelas escolas que serão objeto da pesquisa.

Essa nova empreitada justifica-se por entender que o IDEB é um indicador que serve para mensurar a educação tanto quantitativamente quanto qualitativamente dependendo do formato adotado pelo sistema de ensino ou pelas escolas avaliadas. Portanto, essa pesquisa não é suficiente para traçar um perfil da qualidade do ensino ofertada nos sete municípios que compõem a Região do Grande ABC Paulista.

Não obstante a análise de esse estudo recair sobre os resultados educacionais da região do Grande ABC, nunca é demais dizer que o IDEB é um indicador que norteia políticas públicas de educação nos âmbitos municipal, estadual e federal.

Nessa perspectiva, a partir da análise de seus indicadores, o MEC propõe a priorização do apoio técnico ou financeiro aos municípios com índices insuficientes de qualidade de ensino (BRASIL, 2007). O aporte de recursos ocorre a partir da adesão ao Compromisso Todos pela Educação e da elaboração do Plano de Ações Articuladas (PAR) que, segundo a Assessoria de Comunicação Social, contemplou, em 2008, todos os 5.563 municípios brasileiros que aderiram ao plano de metas compromisso todos pela educação (PERONI, 2009).

Ademais, o IDEB serve de referência para as metas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Para tanto, em seu cálculo, são utilizados os resultados obtidos no Censo Escolar, juntamente com outras avaliações complementares como: o Sistema de Avaliação do Ensino Básico (SAEB) e as Matrizes de Referência Tópicos, Temas e Descritores da Prova Brasil (PROVA BRASIL/MEC, 2013).

Os dois indicadores utilizados para monitorar o sistema de ensino nacional consideram usualmente: a) indicadores de fluxo (promoção, repetência e evasão) e b) pontuações em exames padronizados obtidas por estudantes ao final de determinada etapa do sistema de ensino (5º e 9º anos do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio) (FERNANDES, 2007).

Esse modelo de monitoramento intencionou superar os riscos que a divulgação, piorescola, dos dados relativos ao desempenho médio dos alunos, poderia ensejar um movimento de retenção, visando à melhoria do indicador de qualidade relativo ao desempenho, o que prejudicaria ainda mais o fluxo. A avaliação poderia, no limite, produzir efeitos contrários aos pretendidos. O PDE partiu do diagnóstico de que, a “indústria da aprovação automática” é tão perniciosa quanto a “indústria da repetência” (BRASIL, 2007).

Para tanto, o Ministério da Educação traçou metas de desempenho bianuais para cada escola e cada rede até 2022 tomando-se como referência os dados obtidos em 2005. Com isso, cada escola, município ou Estado federado parte de sua própria realidade para avançar no cumprimento dessas metas (GOUVEIA, SOUZA, TAVARES, 2009).

A média nacional do IDEB, em 2005, foi de 3,8 nos primeiros anos do ensino fundamental, em uma escala de zero a dez. Em 2007, essa nota subiu para 4,2 e, em 2011, alcançou 5,0. De acordo com nota do governo federal, esse resultado dos anos

iniciais (primeiro ao quinto) ultrapassou não só a meta para 2011 (de 4,6), como também a proposta para 2013, que era de 4,9. Nessa etapa do ensino, a oferta é prioritariamente das redes municipais, que concentram 11,13 milhões de matrículas, ou seja, quase 80% do total. O IDEB para os anos iniciais do ensino fundamental da rede municipal foi calculado em 5.222 municípios sendo que, a meta para 2011 foi alcançada por 4.060 deles (77,5%).

Como toda análise é muito subjetiva dependendo, portanto dos interesses de quem a faz, não se pode fazer uma leitura superficial desses resultados e achar que está tudo bem com relação à aprendizagem dos alunos já que o IDEB mede rendimento e fluxo escolar.

40 IDESP e o Programa de Qualidade da Escola da Secretaria da Educação de São Paulo

O IDESP é um indicador que oferece capacidade de planejamento escolar da rede porque apresenta, de forma clara, o número de alunos que estão nos níveis de proficiência abaixo do adequado. Ademais, ao considerar a proporção de alunos distribuídos nos quatro níveis de proficiência, o IDESP expressa o maior objetivo da Secretaria da Educação de São Paulo: melhorar a equidade do sistema com foco na qualidade (CASTRO, 2009).

De posse desses resultados, cabe aos gestores e ao conjunto de professores das escolas avaliadas identificar suas potencialidades e fragilidades e, a partir daí, definir metas para implementar seu projeto pedagógico e até mesmo rever práticas pedagógicas que, eventualmente, não estejam atendendo às demandas da escola. Não obstante, sabe-se que essa prática, apesar dos esforços, ainda é muito tímida já que, em geral, a análise dos resultados do IDESP/Saresp restringem-se ao “dia do Saresp” ou de planejamento das escolas. Ou seja, nem sempre, os resultados dessa avaliação representam indicadores de gestão e elemento norteador do projeto pedagógico da escola. Com isso, pode-se dizer que, a institucionalização do IDESP/Saresp como indicador gestão das escolas ainda é um desafio para a SEE-SP.

Por outro lado, o IDESP foi essencial para a implantação do Programa de Qualidade da Escola (PQE) - lançado em maio de 2008 pela Secretaria de Estado da Educação de São Paulo (SEE-SP)- para avaliar, anualmente, cada escola da rede

ANÁLISE DE INDICADORES SINTÉTICOS DE EDUCAÇÃO NA REGIÃO DO GRANDE ABC: o IDEB e o IDESP. *Anais do III Congresso Nacional de Avaliação em Educação: III CONAVE*. Bauru: CECEMCA/UNESP, 2014, pp. 1 - 14. (ISBN:) estadual paulista e propor metas para o aumento dos índices de qualidade do ensino. Para tanto, parte-se do pressuposto de que uma boa escola é aquela em que, a maior parte dos alunos aprende as competências e habilidades requeridas para o ano em um período ideal - o ano letivo.

Para atender a essa prerrogativa, o IDESP é composto por dois critérios: o desempenho dos alunos nos exames de proficiência do Saresp (o quanto aprenderam) e o fluxo escolar (em quanto tempo aprenderam). Assim, de acordo com a pontuação atingida pelos alunos, eles são classificados segundo os níveis de desempenho: abaixo do básico, básico, adequado e avançado.

Em decorrência dos objetivos do PQE, a função utilizada para estabelecer o índice de defasagem por escola considera um peso maior para os alunos que estão "abaixo do básico" (peso 3), justamente porque o IDESP pretende indicar os alunos que não atingiram as metas de aprendizagem do ano em que estão matriculados.

O cálculo do índice de defasagem da escola permite a construção do indicador de desempenho (ID) que sintetiza os resultados obtidos pela escola no Saresp. Assim, quanto maior for o índice de defasagem, menor será o indicador de desempenho sendo que, o contrário também é verdadeiro (MATUDA, 2013).

Por sua vez, o indicador de fluxo (IF), outro componente do IDESP, é medido pela taxa média de aprovação em cada etapa de escolarização cujas informações são coletadas pelo Censo Escolar. O IF de cada ano é encontrado dividindo-se o número de alunos aprovados pelo número de alunos matriculados.

5 – Indicadores Sintéticos da Educação na Região do Grande ABC.

5.1 – O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica no Grande ABC

A seguir, são apresentados os resultados obtidos pela rede pública municipal e estadual de ensino nos anos de 2005, 2007 e 2009 no IDEB, nos anos iniciais finais do Ensino Fundamental, bem como as respectivas projeções das notas estipuladas pelo MEC.

Tabela 5.1: Resultado IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) referente ao Ensino Fundamental - Anos Iniciais rede pública (municipal e estadual).

IDEB OBSERVADO REDE PÚBLICA 5º. ANO	META PROJETADA	VARIAÇÃO ABSOLUTA
--	-----------------------	--------------------------

Nome do Município	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2007 - Real x Meta	2009 - Real x Meta	2011 - Real x Meta
Diadema	4,7	4,8	5,5	5,6	4,8	5,1	5,5	0	0,4	0,1
Mauá	4,7	4,8	5,4	5,6	4,7	5,1	5,5	0,1	0,3	0,1
Ribeirão Pires	5,1	5,0	5,6	5,9	5,1	5,4	5,8	-0,1	0,2	0,1
Rio Grande da Serra	4,2	4,3	4,8	5,2	4,3	4,6	5,0	0	0,2	0,2
Santo André	4,9	4,9	5,4	5,6	5,0	5,3	5,7	-0,1	0,1	-0,1
São Bernardo do Campo	4,9	5,1	5,6	5,8	4,9	5,3	5,6	0,2	0,3	0,2
São Caetano do Sul	5,4		5,9	6,4	5,5	5,8	6,1	-5,5	0,1	0,3

Fonte: Dados organizados pelos autores com base no Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)/MEC.

Com base nos resultados identificados, nota-se que os municípios de Diadema, Mauá, Rio Grande, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul¹ vêm cumprindo as metas projetadas nas últimas três avaliações realizadas. Em 2009, o maior crescimento foi constatado em Diadema com 0,4 pontos acima da meta projetada e Mauá e São Bernardo do Campo que também obtiveram resultados (0,3) acima da meta projetada pelo IDEB de 2009. Por outro lado, o município de Santo André, apenas no ano de 2009, conseguiu superar em 0,1 pontos a meta projetada, mas nas avaliações anterior (2007) e posterior (2011) ficando 0,1 pontos abaixo da mesma meta. Depreende-se, portanto que esse município precisa ficar atento à gestão da educação e do currículo vigente.

O baixo crescimento no IDEB para esse nível de ensino (anos iniciais do ensino fundamental) representa uma forte preocupação por parte de qualquer município já que é nele onde foram despendidos os maiores esforços especialmente com relação ao currículo, à formação continuada de professores e à qualidade dos materiais utilizados nas escolas (KLEIN, 2012).

Tabela 5.2: Resultado IDEB referente ao Ensino Fundamental –Anos Finais rede pública (municipal e estadual).

Nome do Município	IDEB OBSERVADO REDE PÚBLICA 9º ANO				META PROJETADA			VARIACÃO ABSOLUTA		
	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2007 - Real x Meta	2009 - Real x Meta	2011 - Real x Meta
Diadema	3,9	3,8	4,1	4,2	3,9	4,0	4,3	-0,1	0,1	-0,1
Mauá	4,0	4,1	4,2	4,4	4,0	4,2	4,5	0,1	0	-0,1
Ribeirão Pires	4,2	4,3	4,7	4,7	4,2	4,4	4,7	0,1	0,3	0

¹ Esse município não teve nota no IDEB em 2007.

Rio Grande da Serra	4,0	3,9	4,1	4,2	4,0	4,2	4,5	-0,1	-0,1	-0,3
Santo André	4,1	4,2	4,4	4,2	4,2	4,3	4,6	0	0,1	-0,4
São Bernardo do Campo	4,2	4,2	4,4	4,3	4,3	4,4	4,7	-0,1	0	-0,4
São Caetano do Sul	4,4	4,5	4,8	4,8	4,4	4,6	4,9	0,1	0,2	-0,1

Fonte: Dados organizados pelos autores com base no Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)/MEC.

Diferentemente dos anos iniciais do ensino fundamental, quando se analisa os resultados do IDEB dos municípios do Grande ABC nos anos finais de mesmo nível de ensino, vê-se que a situação é preocupante. Com base nos resultados apontados na Tabela 5.2, nota-se que quase todos os municípios dessa região, de alguma forma, deixaram de cumprir a meta projetada pelo IDEB em pelo menos um dos anos da avaliação (2007, 2009, 2011).

Constata-se que nem mesmo São Caetano do Sul, o menor e mais rico município da região investigada, superou sua meta em todos nos três anos da avaliação. Por sua vez, a maior preocupação recai sobre Rio Grande da Serra, o mais pobre dentre os municípios da região do Grande ABC, pois ele não deu conta da meta projetada em nenhum dos três anos em que sua rede de ensino foi avaliada.

Acredita-se que esse resultado aponta na direção das observações feitas por Padilha et al (2012) para quem, ao utilizar o IDEB como um primeiro sinalizador de qualidade da educação nos municípios brasileiros, constata-se, primeiramente, uma reprodução das desigualdades regionais historicamente encontradas em outros indicadores socioeconômicos. Dessa forma, considerando-se a realidade socioeconômica de Rio Grande da Serra, supõe-se que a desigualdade se reproduz tanto no nível nacional quanto regional.

Entretanto, para ampliar essa análise, há de se considerar que esse cenário não é uma exclusividade da Região do Grande ABC. Segundo Meirelles e Fernandes (2012), olhando apenas as redes estaduais, que concentram boa parte das matrículas dessas duas etapas (anos iniciais e finais do ensino fundamental), constata-se que doze estados não alcançaram as metas de 2011 para os anos finais do fundamental e sete não chegaram às do médio.

De acordo com essas autoras, as razões para tais resultados são muitas e não são simples. Sobre esse assunto, Oliveira (2012) alerta para o fato de o problema ser cumulativo. Para ele, conforme avançam na escolaridade, as deficiências tendem a se

tornar mais crônicas. Outra hipótese para a dificuldade em avançar nos anos finais do ensino fundamental, ainda segundo o autor, é que a avaliação pode não estar captando as deficiências de aprendizagem nos anos iniciais, de maneira que só passam a ser evidentes nos anos finais.

Por sua vez, Klein (2012) sinaliza que há um gargalo na passagem dos anos iniciais para os finais desta etapa de ensino, seja em relação ao rendimento ou ao fluxo. Para esse autor, a taxa de reprovação no 6º ano é altíssima. Portanto, é preciso um grande esforço para se repetir o que tem sido feito nos anos iniciais.

Não se pode descartar a hipótese de que existem vários aspectos referentes à qualidade do processo educativo e do próprio ambiente escolar que interferem diretamente nas notas obtidas pelas escolas e pelas redes escolares no IDEB, e que não são considerados por este sistema de avaliação (FERRON, SILVEIRA, 2012).

Com base em um estudo realizado no município de Carazinho (RS), essas autoras concluem que a localização geográfica, a clientela, a infraestrutura das escolas, as matrizes curriculares utilizadas, os investimentos governamentais efetuados e o nível de escolaridade docente dos profissionais atuantes deveriam ser considerados como indicadores no que se refere à qualidade da educação.

Nessa mesma direção, Freitas (2007) entende que, quando se adota apenas o rendimento escolar e aprendizagem em leitura (português) e matemática para mensurar a qualidade do ensino, além de se ter um olhar simplista sobre as finalidades da educação, pode-se estar induzindo a uma redução do currículo.

Diante ao exposto, é importante que se tenha em mente que os resultados insatisfatórios funcionam como catalisadores dos debates sobre educação cujo reconhecimento do baixo rendimento dos estudantes conduz o modo como a escolarização se incorpora à agenda política nacional e demarca o debate sobre a avaliação no Brasil (ESTEBAN, 2012).

5.2- O Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo no Grande ABC

Sabe-se que, a partir da consolidação dos sistemas nacionais e estaduais de avaliação, foram criadas algumas condições que contribuiriam, de maneira decisiva, para que os resultados da avaliação em larga escala passassem a figurar, efetivamente, como

ANÁLISE DE INDICADORES SINTÉTICOS DE EDUCAÇÃO NA REGIÃO DO GRANDE ABC: o IDEB e o IDESP. *Anais do III Congresso Nacional de Avaliação em Educação: III CONAVE*. Bauru: CECEMCA/UNESP, 2014, pp. 1 - 14. (ISBN:) instrumento das políticas públicas no campo da educação brasileira (CASTRO, 2009, SOUSA, 2011).

Assim, o IDESP, como parte integrante do programa Educação - Compromisso de São Paulo - norteia as ações da Secretaria voltadas à melhoria da educação do Estado de São Paulo.

De acordo com SEE-SP (2014), dentre os objetivos principais dessa política, está a valorização da carreira do magistério, buscando torná-la uma das mais procuradas pelos jovens. Segundo informações disponíveis no sítio da SEE-SP, “além da valorização da carreira de professor, o programa tem como visão de futuro, a educação de São Paulo figurar entre as mais avançadas do mundo até 2030, com base nos dados mais recentes divulgados pelo PISA” (SÃO PAULO, 2014).

Destaca-se que o exame, que considera a média dos estudantes em língua portuguesa, matemática e ciências, é realizado desde 2000 e repetido a cada três anos. Na última edição, em 2009, o Brasil ficou na 55ª posição, de um total de 65 do ranking. De acordo com a SEE-SP, considerando apenas a média entre português e matemática, o Estado de São Paulo ocuparia o 53º lugar, com base em uma estimativa da proficiência média no Pisa a partir dos resultados do SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica, do MEC), (SÃO PAULO, 2014).

A partir da análise de documentos da SEE-SP, constatou-se que, a intenção do programa é estabelecer uma política para longo prazo, já que os textos que normatizam o IDESP indicam que as metas para as unidades escolares serão ajustadas a fim de que cada uma delas alcance, progressivamente, a nota final estabelecida para 2030 (MATUDA, 2013).

Essas metas são estipuladas para cada etapa de escolarização (anos finais dos ciclos). Assim, até 2030, as escolas que atendem do 1º ao 5º anos do Ensino Fundamental deverão atingir o índice 7,0 (sete); as que atendem do 6º ao 9º anos o índice 6,0 (seis) e as escolas do Ensino Médio o índice 5,0 (cinco).

O quadro seguinte apresenta os resultados do IDESP do Ensino Médio obtidos pela rede pública estadual de ensino nos anos de 2007 a 2012 nos municípios do Grande ABC, bem como as metas e respectivas projeções das notas estipuladas pela SEE-SP, tomando-se com base o ano de 2030.

Resultados do IDESP 3o. Ano Ensino Médio																
	2007	2008		var	2009		var	2010		var	2011		var	2012		var
Municípios	Real	Meta	Real	%	Meta	Real	%	Meta	Real	%	Meta	Real	%	Meta	Real	%
Diadema	1,08	1,16	1,52	31%	1,48	1,78	20%	1,46	1,67	14%	1,55	1,53	-1%	1,56	1,66	6%
Mauá	1,20	1,28	1,81	41%	1,78	1,87	5%	1,72	1,77	3%	1,77	1,70	-4%	1,71	1,88	10%
Ribeirão Pires	1,15	1,24	2,09	69%	2,09	2,19	5%	2,21	1,85	-16%	2,03	1,84	-10%	2,07	2,31	11%
Rio Gde da Serra	1,11	1,19	1,78	49%	1,88	1,75	-7%	1,93	1,70	-12%	1,94	1,67	-14%	1,98	1,76	-11%
Santo André	1,49	1,58	2,04	30%	2,10	2,08	-1%	2,00	1,83	-8%	1,77	1,87	6%	1,87	1,99	7%
São Bernardo Campo	1,43	1,52	2,06	36%	2,02	2,10	4%	2,15	1,81	-16%	1,93	1,75	-10%	1,93	1,95	1%
São Caetano Sul	1,85	1,94	2,26	17%	2,35	2,31	-2%	2,27	2,21	-3%	2,40	2,14	-11%	2,26	2,19	-3%

Fonte: SEE/SP - Elaborada pelos autores.

O município de Diadema, tomando-se com base o IDESP de 2007 apresentou uma evolução, entre os anos de 2008 a 2010, significativa e um pequeno decréscimo em 2011 (1%) voltando-se a crescer em 2012 (6%).

Mauá seguiu uma trajetória similar a Diadema, mas em 2009, o crescimento foi de apenas 5%. Em 2010, caiu para 3%, em 2011, 4%, mas voltou a crescer 10%, em 2012.

Por sua vez, Ribeirão Pires teve um dos maiores crescimentos entre os municípios investigados em 2008 (69%). Entretanto, não conseguiu manter o ritmo de crescimento e o que é pior, teve decréscimos em relação à meta projetada de 16% em 2010 e 10% em 2011. Assim, embora a variação do período seja positiva (11%), observa-se uma situação bastante preocupante quanto aos indicadores de gestão da educação nesse município.

No caso de Rio Grande da Serra, observa-se que este município alcançou a meta projetada apenas em 2008 (49%), mas sofreu decréscimos nos anos seguintes: (7% em 2009, 12% em 2010, 14% em 2011 e 11% em 2012). Esses resultados sugerem que esse município ainda não encontrou o caminho que conduz ao alcance das metas projetadas para 2030 (5,0) para esse nível de ensino.

Os três municípios mais ricos da região (Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul) também apresentaram alguns tropeços no período investigado. Santo André, por exemplo, sofreu decréscimo em 2009 (1%) e em 2010 (8%) e apresentou resultados tímidos considerando-se sua situação socioeconômica em relação aos primeiros municípios analisados.

Situação similar pode ser identificada em São Bernardo do Campo que teve decréscimo em 2010 (16%) e 2011 (10%) e São Caetano do Sul, o mais rico dentre os municípios investigados, que teve o menor crescimento em 2008 (17%) e decréscimo em todos os anos subsequentes.

6 Considerações Finais

O objetivo precípua desse texto foi apresentar dois indicadores sintéticos de qualidade da educação: o IDEB e o IDESP bem como analisar os resultados educacionais dos sete municípios do Grande ABC tomando-se com base esses indicadores.

Ao término desse estudo, conclui-se que existe uma diferença significativa quanto aos resultados obtidos pelos municípios que compõem a região do Grande ABC quando se compara os anos iniciais do ensino fundamental com relação aos finais desse mesmo nível de ensino bem como os do ensino médio.

Constatou-se que os resultados do IDEB nos anos iniciais do ensino fundamental estão, na maioria dos municípios investigados, acima da meta projetada. Por sua vez, nos anos finais, não se pode dizer a mesma coisa.

Com relação aos resultados do IDESP nas escolas de Ensino Médio nos municípios investigados, percebeu-se que, embora a SEE tenha enfatizado que mais de 84% das escolas tenham avançado e que, 77% delas tenham atingido ou superado as metas previstas no ano de 2008 (CASTRO, 2009), a partir de então, observou-se que, pelo menos, na região do Grande ABC, houve uma tendência de decréscimo no resultados. Essa situação induz pensar que, as metas estabelecidas para as escolas no primeiro ano de criação do IDESP podem não ter correspondido à situação real das escolas ou que, as metas seguintes superestimaram os alunos já que a involução foi uma constante a partir de 2009.

Referências

BRASIL. Decreto Lei nº 6.094/2007. Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Brasília: DOU, 2007.

_____. **O plano de desenvolvimento da educação (PDE):** razões, princípios e programas. Brasília-DF. MEC, 2007. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me004370.pdf>>. Acesso em: 16/03/2013.

_____. **Nota técnica.** Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_IDEB/o_que_e_o_IDEB/Nota_Tecnica_n1_concepcaoIDEB.pdf>. Acesso em: 07/03/2013.

_____. **IBGE Cidades - São Paulo.** (2012). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?>>. Acesso em: 02/03/2013.

ANÁLISE DE INDICADORES SINTÉTICOS DE EDUCAÇÃO NA REGIÃO DO GRANDE ABC: o IDEB e o IDESP. **Anais do III Congresso Nacional de Avaliação em Educação: III CONAVE**. Bauru: CECEMCA/UNESP, 2014, pp. 1 - 14. (ISBN:)

13

CASTRO, Maria Helena Guimarães de. Sistema de avaliação da educação no Brasil: avanços e novos desafios. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 5-18, jan./jun. 2009.

CRESSWELL, John W. **Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

ESTEBAN, Maria Teresa. Considerações sobre a política de avaliação da alfabetização: pensando a partir do cotidiano escolar. **Revista Brasileira de Educação** v. 17, n.5, p.573-592 set.-dez. 2012.

Fernandes, Reynaldo. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

FERRON, Aline; SILVEIRA, Carmen Lúcia Albrecht da. Índice de desenvolvimento da educação básica: indicadores de qualidade. **Anais do IX ANPED SUL**. Caxias do Sul-RS, 29/07 a 01/08/2012.

FREITAS, Luís Carlos. Eliminação adiada: o caso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade do ensino. **Educação e Sociedade**, Campinas, V. 28. nº 100, p.965-987, out. 2007.

GOUVEIA, Andréa Barbosa; SOUZA, Ângela Ricardo de; TAVARES, Taís Moura. O IDEB e as políticas educacionais na região metropolitana de Curitiba. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 20, n. 42, p. 45-58, jan./abr. 2009

KLEIN, Ruben. In: MEIRELLES, Elisa; FERNANDES, Elisângela. **IDEB 2011: País avança nos anos iniciais, mas ainda enfrenta desafios nas etapas seguintes**. Revista Nova Escola, outubro, 2012. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/IDEB-2011-698171.shtml>>. Acesso em: 13/03/2013.

MATUDA, Fernanda Guinoza. Indicadores sintéticos na educação: o Idesp e o programa de bonificação por resultados do estado de São Paulo. **Revista Eletrônica Científica Inovação e Tecnologia**, v.1, n.7, 2013. Disponível em: <<http://revista.md.utfpr.edu.br/sis/index.php/IT/article/view/112/pdf>>. Acesso em: 05/08/2014.

MEIRELLES, Elisa; FERNANDES, Elisângela. **IDEB 2011: País avança nos anos iniciais, mas ainda enfrenta desafios nas etapas seguintes**. Revista Nova Escola, outubro, 2012. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/IDEB-2011-698171.shtml>>. Acesso em: 13/03/2013.

MINAYO M. C. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. Rio de Janeiro: Abrasco, 2007.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. In.: YAMAMOTO, Karina; TARGINO, Rafael; SMOSINSKI, Suellen. **Apesar de crescer nos anos iniciais, IDEB preocupa no final do fundamental e no ensino médio**. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/noticias/2012/08/14/apesar-de-crescer-nos-anos-iniciais->

IDEB-do-final-do-fundamental-e-do-ensino-medio-preocupa.htm>. Acesso em: 10/03/2013.

PADILHA, Frederica; ÉRNICA, Maurício; BATISTA, Antônio Augusto Gomes; PUDENZI, Luciana. As regularidades e exceções no desempenho no IDEB dos municípios. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 23, n. 51, p. 58-81, jan./abr. 2012

PERONI, Vera Maria Vidal. Avaliação institucional em tempos de redefinição do papel do Estado. **RBP**, v. 25, n°2, p.285-300, mai./ago. 2009.

SOARES, José Francisco e XAVIER, Flávia Pereira. Pressupostos Educacionais e Estatísticos do Ideb. **Educ. Soc.** 2013, vol.34, n.124 p. 903-923.

SOUSA, Sandra Zákia; OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ALAVARSE, Ocimar Munhoz. **Políticas educacionais municipais e qualidade do ensino: o IDEB como mecanismo de monitoramento da educação fundamental**. In.: FREITAS, Dirce Nei Teixeira de, REAL, Giselle Cristina Martins. Políticas e monitoramento da qualidade do ensino fundamental: cenários municipais, p.13-13. Dourados-MS. Editora da UFGD, 2011.